

ENCONTROS REGIONAIS DOS EDUCADORES BRASILEIROS

ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Evaristo de Moraes Filho, Revisor

## I - As Ciências Sociais e a realidade brasileira

Estou de pleno acôrdo com a propositura do problema e com a solução que lhe dá o Padre Ávila. Sem compromissos de escola, nem adoção de ideologias de qualquer espécie, há hoje em dia como que uma constante entre os cientistas sociais: a de que as suas ciências devem procurar conhecer a realidade dos fenômenos, objeto de seus estudos, para depois poder penetrá-los e orientá-los dentro de uma certa margem de probabilidade. Dá-se com os fenômenos sociais a mesma coisa que com os fenômenos físicos. Embora cheguem os físicos à elaboração e enunciação de determinadas leis objetivas, bem sabem ôles da sua variabilidade em função de certos agentes positivos ou negativos, diante, muitas vêzes, de simples <sup>p</sup>de locação na superfície da terra. A variação do pêndulo não é a mesma nos polos e nos trópicos.

Como variam os fatos físicos, assim também variam os fatos sociais, dentro de um critério diferencial, sem que isso importe em negar a possibilidade de uma ciência ou de ciências do social. A problemática de cada sociedade apresenta-se sob forma diversa em relação a outras com as quais seja comparada. Assim como há uma psicologia geral e <sup>uma</sup> psicologia diferencial, a mesma coisa ocorre nas ciências sociais sem que haja necessidade de falar-se em sociologia brasileira, ou quejandos. A teoria e a doutrina universal, vindas de outras realidades, podem e devem ser testadas diante da realidade brasileira, como dados conceituais básicos, como hipóteses de trabalho, sem que possam ser acolhidas de doutrina enlatada ou alienação intelectual <sup>e sem processo</sup>.

O que importa - isto sim - é estudar objetiva e humildemente a problemática social brasileira, sem pensamentos prévios, sem filosofia social deformante, sem uma escala de valores apriorística. O estímulo ou o desafio para este estudo vêm da própria realidade, sob forma de problemas, de desajustes, de crises de crescimento.

E nada mais necessário para este estudo e esta observação do

elaboração de hipóteses de trabalho eficazes.

Os simples fatos de nada valem, por si mesmos, sem uma prévia hipótese de trabalho, sem uma teoria que os explique e informe. É preciso saber previamente distinguir entre o fato significativo e o não significativo, com critério, discernimento, visão total da sistemática e do encadeamento dos fatos entre si. Sem este conhecimento doutrinário e a segurança na utilização dos instrumentos de pesquisa, o soi-disant cientista social fica diante dos fatos como um aturdido, sem orientação, sem plano, prendendo-se ao efêmero e ao pitoresco, sem penetrar, por baixo da corrente, naquilo que permanece e representa realmente o processo social.

## II - Teoria e pesquisa no ensino das Ciências Sociais no Brasil

O Padre Ávila, ao longo do seu lúcido Relatório, limitou-se quase que exclusivamente ao ensino da Sociologia, como o verdadeiro corpus das Ciências Sociais. Talvez tenha sido este, em verdade, o ponto de vista dos elaboradores dos Encontros Regionais, de vez que há o tre questionário sobre Economia e Administração. De qualquer maneira, Ciências Sociais devem ser tomadas em sentido amplo, abrangendo a Sociologia, a Economia, a Política, a História, a Geografia Humana, a Antropologia (Física e Cultural), o Direito, a Ética e talvez mesmo a Psicologia Social.

Seria ambicioso e quiçá impossível fazer-se um estudo exaustivo e completo seguindo este critério. Contudo, como de resto o fez Padre Ávila, embora dando maior ênfase ao aspecto sociológico, não devemos de nos referir às demais Ciências Sociais. Já disse alguém - hoje em dia tal assertiva constitui um lugar comum - que a realidade social, como um mosaico, é uma só, apreensível pelo homem através de várias Ciências Sociais, integrativas, centrípetas, voltadas para os mesmos fenômenos, vendo-os simplesmente por um prisma diverso, nada mais. A junção desses pedaços ou dessas faces do prisma - dissociadas unicamente por necessidade didática - é que nos dará a totalidade de

a colocava entre as cadeiras obrigatórias do ensino secundário e do ensino jurídico superior, ~~XXX~~ <sup>note</sup> em substituição à cadeira de Direito Natural. Lê-se isto no seu célebre Parecer sobre o ensino secundário no recuado ano de 1882...

Meio século depois, no entanto, na década de 30, é que se tornou realidade o desejo do grande brasileiro. E foram pioneiras a Escola de Sociologia e Política, de São Paulo, ainda hoje existente, e a Universidade do Distrito Federal; aquela de 1933 e esta de 1935. De ambas saíram diplomados os primeiros cientistas sociais, que hoje, homens maduros, ocupam cátedras nas escolas brasileiras.

Com a proliferação das Faculdades de Filosofia pelo Brasil, momento a partir de 1939, passaram as Ciências Sociais a serem ministradas nesses estabelecimentos de ensino. Em todas elas há um Departamento de Ciências Sociais, a par de outro, ou de outros (agora separados) de Geografia e História. Estudam-se, no primeiro Departamento: Economia, Complementos de Matemática, Geografia Humana, História Social, Sociologia, Economia Política, Estatística (Geral e Aplicada), Antropologia, Etnografia, História das Doutrinas Econômicas, Política, Ética e História da Filosofia. Como não poderia deixar de ser, a Sociologia é estudada ao longo dos primeiros três (3) anos. São disciplinas eletivas: Etnografia do Brasil, Metodologia e pesquisas antropológicas, Metodologia e pesquisas sociológicas, Metodologia e pesquisa econômicas; todas elas no quarto (4.º) ano.

Vê-se, desde logo, a total ausência de pesquisa no ensino das Ciências Sociais por este currículo. Na quarta série, estão os alunos assobelhados com outras disciplinas de Didática (Didática Geral e Especial, Fundamentos filosóficos, psicológicos, sociológicos e biológicos da educação, além de Administração Escolar). Não é possível optar por nenhuma pesquisa sociológica.

Nos currículos das Escolas de Sociologia e Política não aparece a pesquisa com o destaque que merece. As disciplinas são prática-

4

Pela atual organização do ensino universitário brasileiro, a pesquisa é exilada do seu currículo. Dada a superfotação das matérias ministradas, poucas horas sobram para professores e alunos, no nível de formação, a fim de que possam dedicar-se à pesquisa. O ensino é livreiro e teórico, em prejuízo da pesquisa ou, pelo menos, da posterior verificação desses ensinamentos diante da realidade social.

Em síntese não se faz pesquisa sociológica, salvo raras exceções, dentro das Universidades. Dá-se, assim, uma nítida dissociação entre a teoria e a vida, entre a Universidade e a estrutura da sociedade brasileira. Voltam-se os alunos e professores mais para a problemática debatida nos livros de textos ( os negros nos Estados Unidos, o cinema na Califórnia, a criminalidade juvenil em Nova York, etc

A outra grande crítica que se pode fazer às Faculdades de Filosofia - e vem repetida por várias fontes - é a de que, nascidas sob o signo da ambiguidade: nem bem estabelecimentos de pura profissionalização, nem bem institutos de alta cultura. O seu propósito básico é o de preparar professores de grau médio, preenchendo função paralela aos Institutos de Educação, que, através dos Cursos Normais, preparam professores dos cursos primários.

Embora de forma desconexa, as Ciências Sociais penetraram o currículo de outras Escolas e Faculdades. As Faculdades de Ciências Econômicas, como se próprio nome o indica, dedicam-se especialmente as mais fundamentais e concretas das Ciências Sociais. Na última série ministra-se uma disciplina com o título de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia. Como não poderia deixar de ser, ensina-se também Economia Política, História das Doutrinas Econômicas, Estatística (Econômica, Geral e Aplicada, Matemática e Demográfica), Estrutura das Organizações Econômicas, Geografia Econômica, além de História Econômica Geral e do Brasil.

Economia Política e Ciência das Finanças fazem parte do tradicional currículo das Faculdades de Direito, como o faz a primeira

1948, que é o Regulamento do Ensino Normal, inclui-se (art. 21) a cadeira de Sociologia da Educação entre as disciplinas obrigatórias dos cursos de especialização e aperfeiçoamento.

O pouco que se vem fazendo de pesquisa ~~III~~ Ciências Sociais no Brasil prende-se principalmente aos Centros e Institutos de fora das Universidades, ou, pelo menos, fora da organização estrita dos seus currículos escolares. Com exceção da Faculdade de Filosofia e da Escola de Sociologia e Política, ambas de São Paulo, praticamente nada se faz nos outros estabelecimentos de ensino deste país. São os organismos estatais ou paraestatais, à margem de Universidade, que vêm se incumbindo dessa tarefa. Exemplos: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (criado em fins de 1955; mais precisamente, em princípios de 1956), o Instituto Joaquim Nabuco (Recife), diversos Institutos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e da Guanabara.

Razão de sobra tem o Padre Ávila quando se refere às dificuldades para a organização de uma pesquisa, cujo custo financeiro é altíssimo. Somente organismos próprios, especialmente dedicados a esta tarefa, com verba suficiente, pessoal habilitado; pois bem, somente estes organismos podem levar a bom termo a pesquisa social.

Assim, a tendência contemporânea é para a constituição de Institutos, que, à margem das Universidades, preencheriam uma função prática, de pesquisa e de aplicação de conhecimentos, análoga à desempenhada pelos hospitais de clínica junto às Faculdades de Medicina. O aluno, ao mesmo tempo que aprende e estuda, dedica-se a uma pesquisa real e concreta, como participante.

III - Formação de Cientistas Sociais e o mercado de mão-de-obra

Quando do V Congresso Latino-Americano de Sociologia realizado em Montevideu, em julho de 1959, tivemos a honra de presidir a la. Comissão, cujo tema era o Planejamento para o Desenvolvimento Econômico. Foi então sugerida - e mais tarde vitoriosa em plenário - a exigência de que se incluísse sempre um sociólogo nas comissões encarregadas de

tos necessários ao estudo e às consequências que esta ou aquela medida acarretaria para a vida dos processos sociais (interação, competição, conflito, etc.), do estado da população, das relações familiares e profissionais, etc., de determinada região.

Procurava-se, com isto, ampliar o mercado de mão-de-obra do cientista social, notadamente do sociólogo. Contudo, diga-se a bem verdade - e o afirmamos aqui dando o nosso depoimento pessoal como Presidente do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Brasil -, já existe crise de cientistas sociais no meio brasileiro. Quando tivemos de constituir a equipe do Instituto (permanente e de pesquisa) foi enorme a dificuldade para encontrar cientistas sociais altamente qualificados, que pudesse dedicar às tarefas sob o regime de tempo integral. Alguns já estavam ocupados, sem poderem desligar-se de suas obrigações anteriores; outros não poderiam dar tempo integral. É preciso que se diga o Instituto procurava sociólogos e economistas, em princípios de 1959, chegando a oferecer o salário de Cr\$ 80.000,00 e mesmo, excepcionalmente, o de Cr\$ 100.000,00.

No que se refere a economistas, sem dúvida alguma, já é compensador o salário que recebem em a renda que auferem. O mercado profissional brasileiro já absorve normalmente os diplomados pelas nossas escolas superiores.

Se o mesmo não pode ser dito dos antropólogos e dos sociólogos, isso se deve, em grande parte, ao desaparecimento da Sociologia do currículo do ensino médio. Se as Faculdades de Filosofia tinham por função precípua preparar professores secundários, perderam os sociólogos esta função primordial da sua preparação, como que ficaram sem objetivo imediato nas suas vidas de diplomados.

A pesar da luta que ainda empreendem, muito progrediram os economistas com a regulamentação de sua profissão. A mesma coisa pode ser dita dos assistentes sociais. Torna-se mais difícil o assunto quando se trata de outras profissões que interessam às Ciências Sociais,

sob a epígrafe mais ampla de cientista social (sociólogo, diplomado em ciência Política, antropólogo, etc.). É óbvio que a regulamentação, embora abrangedora, distinguiria com precisão cada uma das Ciências Sociais em seu campo próprio de interesse e aplicação.

Quanto à ampliação dos currículos, dentro dos atuais estabelecimentos de ensino, é <sup>quase</sup> praticamente impossível. Os estudantes já estão sobrecarregados com as matérias exigidas, sem tempo livre para outras inclusões.

A solução, a nosso ver, estaria na fusão dos Departamentos de Geografia, História e Ciências Sociais, criando-se Faculdades de Ciências Sociais, divididas em dois ciclos: o primeiro geral, básico, de cultura geral em Ciências Sociais; o segundo, de especialização e aprofundamento, segundo as vocações e o preparo do estudante. Ao lado dessas Faculdades funcionariam os Institutos de Pesquisa, mediante regime de tempo integral, para professores e alunos, com pagamento suplementar para aqueles e bolsas para estes.

Com a proliferação de Faculdades de Ciências Econômicas, viu-se quanto lucrrou em número e qualidade esta Ciência Social, destacando-se dos tradicionais cursos jurídicos e ganhando dimensão própria - às vezes, de forma exagerada - em relação às outras Ciências Sociais.

Desde 1922, pleiteava o saudoso professor Queirós Lima a inclusão de uma cadeira de Sociologia nos cursos jurídicos. Repetimos o seu apêlo, quando da publicação na nossa Sociologia do Direito, em 1950. Projetos foram apresentados no Congresso Nacional neste sentido, mas deixaram de ter andamento. Cogita-se agora de incluir a exigência de prestação de exame de Sociologia para o vestibular da Faculdade Nacional de Direito, como ora já exige a Faculdade Católica de Direito, para o ingresso em seus quadros, do exame de Ética.

Quanto a incluir a cadeira de Sociologia entre as matérias obrigatórias do curso jurídico, infelizmente tal não é possível. O seu



cal, Aeronáutico, Agrário, Industrial, etc.). A cadeira <sup>de</sup> Introdução à Ciência do Direito vai suprindo esta lacuna, dando aos alunos do primeiro ano as noções indispensáveis de Ciência Social, principalmente de Sociologia. Ademais, ainda no primeiro ano é ensinada a Economia Política; e, no segundo, Ciência das Finanças.

Com a retirada da Sociologia do currículo de ensino médio e dos vestibulares a algumas Faculdades, deu-se uma repentina baixa de motivação na escolha dos cursos de Ciências Sociais. Contudo, com a atual conjuntura nacional, com a chamada de atenção para os problemas de desenvolvimento, volta-se de novo o interesse da juventude para os temas das Ciências Sociais, com a esperança de abandono desse marginalismo estrutural forçado.

IV - O Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Brasil

Sentindo toda esta crise de ensino e da pesquisa das Ciências Sociais no Brasil, apresentou o Prof. Tomístocles Brandão Cavalcanti um projeto de Resolução ao Conselho Universitário, da U.B., em 1951, propondo a criação do Instituto de Ciências Sociais, nos moldes do procedimento da UNESCO, isto é, englobando de maneira interdisciplinar as Ciências Sociais num organismo de estudo, especialização, aprofundamento e pesquisa em Ciências Sociais. Somente em 1958 foi aprovado o projeto e, assim, criado, pela Resolução nº 13, o Instituto, cuja instalação deu-se a 26 de dezembro daquele mesmo ano.

Constitui-se o Instituto de um Conselho Diretor composto de sete (7) professores da Universidade do Brasil, representantes das Faculdades de Ciências Econômicas, <sup>de</sup> Direito e de Filosofia, e um do Museu Nacional. Sua tarefa é funcionar de maneira interdisciplinar, aproximando os cientistas sociais através de planos de conjunto, fazendo com que num só organismo se concentrem as Ciências Sociais que andam dispersas por várias escolas, de forma fragmentária e sem possibilidade de pesquisa.

Podendo e devendo ter equipe própria de pesquisa, celebra,

sores e alunos em regime de tempo integral. A sua função se faz sentir tanto no nível de formação (dentro das unidades escolares), como no nível de pós-graduação (com cursos de especialização, atualização de conhecimentos e, sobretudo, fazendo pesquisas diretas e concretas).

No que se refere ao nível de formação, celebrou o Instituto convênios com as Faculdades de Ciências Econômicas, de Direito e de Filosofia. Mantém na primeira vinte (20) estudantes, sob o regime de bolsa, e três (3) professores, para um curso sobre Moeda e Crédito. Na Faculdade de Direito, dois (2) são os professores e doze (12) os alunos. Quanto à Faculdade de Filosofia abrange o convênio cinco disciplinas (Sociologia, Política, Antropologia, História Moderna e Contemporânea, e História do Brasil), com cinco (5) professores e dezessete (17) alunos. Tanto professores como alunos dedicam-se a suas tarefas sob o regime de tempo integral, isto é, com um mínimo de 33 horas semanais de estudo e prestação de serviço.

Por outro lado, no nível de pós-graduação assinou o Instituto um convênio com o Museu Nacional, para a realização de um curso de Antropologia Cultural, com a duração de nove meses, sendo que três para trabalhos de campo, diretamente em Mato Grosso, sobre as populações dos Terena. Os resultados foram os melhores possíveis.

Além disso, enviou o Instituto dois bolsistas, diplomados pela Universidade de Brasília, para serem estagiários no Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, mediante bolsa, após uma seleção rigorosa. Patrocinou, outrossim, também com financiamento, um curso de preparação de Programadores Analistas de Computadores Eletrônicos junto à Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Constituiu a sua equipe própria de pesquisa, que já entrou em contato com os organismos mais responsáveis e informados sobre o assunto produtividade, tais como o CENPI, GEPI (de Miterói), GEAMPE, etc. Vai em meio o trabalho de elaboração da pesquisa, já com o questionário terminado e a área da pesquisa delimitada. No próximo ano, servirá

Juntamos, em anexo, as publicações atinentes à criação e à regulamentação do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Brasil, como nossa contribuição específica ao Encontro Regional de Educadores Brasileiros.

V - Conclusões

a) Partindo do que já existe e sabendo-se quão difíceis são as reformas de ensino entre nós, achamos que a primeira medida a tomar-se para o incremento das Ciências Sociais entre nós é a criação de institutos e centros regionais de pesquisa, que funcionarão junto ou dentro das unidades universitárias, como órgãos de especialização, atualização de conhecimentos e, sobretudo, de pesquisa.

b) Concordamos também com a indicação do Padre Ávila quanto à adoção de mais ampla flexibilidade dos cursos. O currículo deve ser mais flexível, permitindo especializações, mais de acordo com as aptidões e o preparo especializado dos estudantes. Por enquanto, de natureza excessivamente fechada e enciclopédica, pouco atrai e rende o currículo de Ciências Sociais.

c) É indispensável a manutenção de professores e alunos em regime de tempo integral, em trabalho concentrado e profícuo, através de boa bibliografia, de tradução de textos, de realização de aulas e de seminários, além de pesquisa própria (nos centros para isso criados).

d) Não vem fora de propósito a exigência de vestibular de disciplinas de Ciências Sociais para as Faculdades (de Filosofia, Direito, Arquitetura, Ciências Econômicas, etc.).

e) É também aconselhável a inclusão da cadeira de Sociologia no currículo das Faculdades de Direito, pelo menos, no Doutorado, ou como disciplina optativa.

f) Finalmente, como medida drástica e mais eficaz, embora de difícil realização, <sup>é aconselhável</sup> a regulamentação da profissão de Cientista Social, como já ocorre com o bacharel em Direito, com o economista e com o Assistente Social (Trabalho Social, com muito de ciência social apli.